

Modernidade e nacionalismo

Jorge Coli (Unicamp)

As inflexões nacionalistas foram determinantes para o estudo das artes no século XX. Herdeiras de um passado cujo romantismo identitário esforçava-se por atingir uma essência ontogênica e mítica, delimitaram campos que constituíram uma espécie de prisão epistemológica. Criaram óculos de lentes verde-amarelas, controlaram os traços brasileiros das obras, excluíram o que lhes parecia não autêntico. São naturalmente construtos artificiais, mas poderosos, impositivos. São mitos que adquiriram a aparência de verdade natural. Nessa perspectiva, um dos pensamentos mais fortes e marcantes, tanto por propostas conceituais como por trabalhos que exemplificaram suas posições, foi o de Mário de Andrade. A elaboração de uma posição teórica em seu pensamento, voltada para uma visão “brasileira” da produção cultural e artística, se deu na segunda metade dos anos de 1920. Ela traçava um vetor comportamental para a produção contemporânea das artes, mas projetava também no passado uma visão teleológica altamente seletiva, com sutilezas interpretativas que restringiam a visão mais complexa dos fenômenos. De uma Semana de Arte Moderna que se embebia de modelos internacionais, Mário de Andrade soube levar a modernidade para o nacionalismo. Esses procedimentos simplificadores, baseados numa percepção de autonomia cultural, encontraram terrenos fecundos dentro das ideologias que se sucederam no século XX. O período de Vargas significou um forte reforço para elas – na verdade, a especificidade brasileira que se buscava então brotava de um tronco internacional, como os outros ramos culturais próprios aos regimes autoritários que florescia. A ditadura militar foi-lhe também propícia. A modernidade brasileira foi nacionalista; enquanto ela durou, impôs-se, hegemônica. Hoje, quando esses mitos ruíram, é possível refletir sobre tal passado, considerando seus aportes, seus limites, e perceber os novos caminhos que se abrem.